



No último mês o governo Bolsonaro protagonizou diversas tensões institucionais entre os três poderes, revelando um padrão problemático de relação do Executivo com o Legislativo e o Judiciário e explicitando um modelo de governança caracterizado pela instabilidade e pela polarização. Essa fragilidade se evidenciou recentemente, em função das alterações impostas pela Câmara dos Deputados à reforma administrativa do Estado e aos questionamentos sobre o decreto de porte de armas. O tensionamento institucional tem atrasado a tramitação e dificultado o apoio a propostas caras ao governo, como é o caso da reforma previdenciária.

Entre o ideologismo olavista e o pragmatismo parlamentar

O bolsonarismo aglutinou em torno de si um condomínio de interesses bastante heterogêneos, e o ponto de convergência entre os diversos grupos se dá no diagnóstico de que os problemas do país concentram-se no Estado, na elite política e na corrupção; já o feixe de divergências se apresenta nos distintos prognósticos de como ultrapassar esses supostos entraves. Ao confundir negociação com negociata, concessão com corrupção e debate público com ofensas privadas, o governo Bolsonaro parece promover, à falta de nome melhor, uma espécie de presidencialismo de polarização.

Do ponto de vista do padrão de governança, nos quatro primeiros meses de governo, quando comparado às presidências de Sarney, FHC e Lula, Bolsonaro está acima da média no número de medidas provisórias enviadas ao Congresso: trata-se de uma medida a cada 7,4 dias. Se considerado o primeiro trimestre, Bolsonaro assinou mais de oitenta decretos, contra 75 de FHC, 68 de Lula e 34 de Dilma.

O quadro se agrava se for considerado o número de projetos estruturais do atual governo, apenas dois, consideravelmente menor do que o de seus

antecessores: a reforma da Previdência e o pacote “anticrime”; o número de substituições nos cargos de alto escalão e a quantidade de recuos anunciados tem feito da instabilidade uma rotina.

O presidencialismo de polarização governa mais por medidas provisórias e decretos do que por emendas constitucionais e projetos de lei. O desrespeito aos ritos institucionais anda de par com o desencanto com a política e, por isso, tem a finalidade de manter acesa a piromania incendiária do bolsonarismo.

O enrosco está no fato de que tal procedimento coloca o Executivo sistematicamente em situações turbulentas: como as MPs têm validade máxima de 120 dias e precisam ser apreciadas pelo Congresso, e os decretos têm validade condicionada à apreciação de constitucionalidade por parte do Supremo Tribunal Federal (STF). Mantidas as coisas como estão, o governo Bolsonaro terá que continuar prestando contas aos demais poderes, ainda que à revelia de parte de seus eleitores, alguns afeitos ao fechamento democrático.

No presidencialismo de polarização do atual go-

verno, como já se disse, bolsonaristas, olavistas, lavajatistas, financistas e militaristas estão coesos em torno de um mesmo diagnóstico sobre a desmoralização da política e a criminalização dos políticos.

No entanto, enquanto a agenda de reformas dos lavajatistas e dos financistas exige emendas constitucionais e projetos de lei, e, portanto, alguma manutenção da ordem institucional, a agenda de mudanças dos bolsonaristas e dos olavistas demanda a luta ideológica travada por MPs e decretos, e, portanto, a permanência da desordem institucional. Alçados à condição de tutores em um primeiro momento, mas também imersos em suas próprias contradições, os militares seguem dardejados por demandas contraditórias oriundas dos dois grupos.

Sem a força que o *Diário Oficial* já representou outrora, resta saber quanto tempo mais a delirante cruzada ideológica vai conter as insatisfações concretas do mercado, da política e da própria sociedade.

No caso do mercado, a aprovação do governo por parte do empresariado contrasta com as repetidas revisões dos analistas de mercado apontando menor expectativa de crescimento do PIB, o que sinaliza uma relação estremecida. No caso da política, a própria base parlamentar do governo e o chamado centrão tem explicitado uma queda de braços que impôs ao menos três derrotas ao Executivo: o deslocamento do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça para o Ministério da Economia, o aviso de que o Congresso não votará nenhuma MP nos próximos dias, a convocação do ministro da Educação para dar explicações no plenário do Congresso sobre os cortes e contingenciamentos na verba da educação, o que indica uma relação tensionada.

No caso da sociedade, a esperança emergiu da primeira paralisação nacional em favor da educação, em 15 de maio. Em todos os estados da federação, alunos, professores e pesquisadores, de instituições de ensino médio e superior, públicas e privadas, estão se mobilizando contra os cortes no orçamento da educação. Isso significa que a crise institucional pode ser agravada pela insatisfação social que começa a tomar conta do país e que pode ser intensificada por novas revelações ou denúncias acerca da relação entre a família Bolsonaro e o submundo

dos ilícitos e das milícias.

Já as manifestações pró-governo do último dia 26 de maio reacenderam as tensões e preocupações no Legislativo e no STF. Um dos principais alvos delas, o chamado centrão, tem comandado as derrotas aplicadas no Congresso Nacional a Jair Bolsonaro (PSL) e, após o ensaio de uma aproximação, indica ter perdido a confiança no presidente da República.

Associado à velha e corrompida forma de fazer política pela ala mais ideologizada do governo, o grupo, que reúne cerca de duzentos dos 513 deputados, tem avaliado agora que, não importa qual acerto faça com Bolsonaro, sempre será tratado como um ajuntamento de malfeitores pelo “bolsonarismo olavista”.

Devido a isso, passam a sustentar o parlamentarismo de ocasião comandando por Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, e Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado, e abriram mão de comandar duas pastas que seriam recriadas apenas para atender o grupo, Cidades e Integração Nacional.

A recriação dos ministérios foi a última tentativa de acerto entre o Centrão e Bolsonaro, mas a negociação ruiu e o grupo a usa como explicação de por que não pode confiar no presidente. Segundo a grande imprensa, após o acerto, veio a público a informação de que Maia indicaria à pasta das Cidades o ex-ministro Alexandre Baldy (PP), hoje secretário do governo de São Paulo, mas o ensaio naufragou.

Desde então, o centrão tem liderado as derrotas aplicadas ao governo, em especial a retirada do Coaf, o órgão de controle de atividades financeiras, das mãos do ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro, hoje ministro da Justiça.

Diante desse cenário, os líderes dos partidos que comandam hoje o Congresso Nacional definiram um pacote de medidas para limitar o raio de ação do presidente da República e tocar por conta própria temas considerados cruciais pelo empresariado e pelo mercado, como as reformas da Previdência e Tributária.

A avaliação dos congressistas é a de que Jair Bolsonaro (PSL) demonstra incapacidade de governar, o que levou ao surgimento de um debate sobre

impeachment com apenas cinco meses de gestão e à reativação das discussões sobre a mudança do sistema de governo do presidencialismo para algo próximo ao parlamentarismo.

Além de colocar um carimbo próprio no projeto de reforma da Previdência elaborado pelo governo, a Câmara deu a largada na discussão sobre mudanças tributárias ao aprovar nesta semana, na Comissão de Constituição e Justiça, um texto do líder do MDB-SP, Baleia Rossi.

A insatisfação dos congressistas encontra lastro e incentivo no mundo empresarial e financeiro. Isso tem estimulado deputados e senadores a assumirem a linha de frente de ações que, em cenários de pacificação política, seriam capitaneadas pelo Planalto.

É corrente o entendimento entre políticos e integrantes da iniciativa privada de que não basta a aprovação da reforma da Previdência para que haja a retomada do crescimento da economia, como faz crer o discurso de Guedes.

A desconfiança do Legislativo começou ainda na transição, quando o presidente montou um ministério sem recorrer ao modelo de negociação com os partidos. Já empossado, Bolsonaro apostou no discurso de mudança na relação com o Congresso, mas adotou uma postura errática. Ora seu governo fez movimentos sem negociar cargos e verbas com congressistas, ora recorreu a esses mecanismos.

O vaivém, aliado ao discurso presidencial de que a atividade política é essencialmente corrupta e responsável pelos problemas do país, jogou mais lenha na fogueira. Nas últimas semanas, acontecimentos acirraram os ânimos: vultosos protestos contra os cortes na educação, o compartilhamento por Bolsonaro de mensagem segundo a qual o país é ingovernável sem os conchavos, os atos de domingo 26 de maio, que têm como bandeiras ataques ao Congresso e ao STF, e o desenrolar de investigações do Ministério Público que podem atingir o clã Bolsonaro.

O parlamentarismo de ocasião já em funcionamento no Congresso tem outros três pontos prioritários: o primeiro é a emenda à Constituição que amplia o volume de recursos federais cujo destino é definido pelos parlamentares, o que retira po-

der do Executivo sobre o Orçamento. A PEC já foi aprovada pela Câmara e pelo Senado, mas, como houve alterações nessa última Casa, voltou para análise dos deputados.

O segundo é a apresentação e votação de um projeto que limita o número de medidas provisórias que podem ser editadas pelo presidente. Com força de lei, as MPs são o principal instrumento que o Executivo tem para legislar. O terceiro é recorrer, sempre que necessário, a decretos legislativos para sustar decretos presidenciais.

Foi o que aconteceu em fevereiro com a canetada que ampliava o número de servidores autorizados a classificar como sigilosos documentos públicos. A Câmara sustou a medida, e Bolsonaro acabou por revogá-la.

O decreto presidencial que afrouxou as regras para porte de arma é o novo alvo do Legislativo, caso não seja derrubado antes pelo Judiciário. A insatisfação de pesos-pesados do Legislativo e de outros poderes com o desempenho de Bolsonaro reacendeu, inclusive, a discussão sobre um novo sistema de governo.

Há, prontas, duas propostas de “semipresidencialismo”, ou “semiparlamentarismo”, para valer a partir de 2022. Uma é capitaneada pelo deputado Domingos Neto (PSD-CE) e a outra pelo senador José Serra (PSDB-SP). Ambas têm o apoio de integrantes do STF, entre eles Gilmar Mendes. Em 2017, Gilmar e o então presidente Michel Temer (MDB) já tratavam do assunto.

Os projetos não devem ser apresentados neste momento, mas estão sendo discutidos pelos partidos em busca de um consenso mínimo. Em linhas gerais, o Congresso seria responsável pela gestão do país e escolheria um primeiro-ministro. O presidente, eleito por voto popular, seria mantido como chefe de Estado, com poderes reduzidos.

O presidencialismo se esgotou e não atende mais às demandas do país. O momento é de turbulência, está instalada a instabilidade constitutiva do presidencialismo de polarização. Resta torcer para que as ruas e as instituições mobilizem a razão e o bom senso, as vozes e as lutas, e sejam capazes de corrigir as distorções e distúrbios provocados pela marcha a ré que atende pelo nome de bolsonarismo.